

Narrativas de moradores de rua nas mídias sociais

Autobiographic narratives by homeless people in digital social media

Dylia Lysardo-Dias

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, Minas Gerais,
Brasil
dyliald@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende mostrar como os moradores de rua expõem sua trajetória de vida por meio das diferentes formas de expressão autobiográfica instauradas nas e pelas mídias sociais digitais. Discute-se o uso das novas tecnologias da web por moradores de rua, que, através das redes sociais, registram um modo de habitar o espaço social e se fazem visíveis na e para a sociedade que os marginaliza. Utiliza-se como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso de linha francesa na sua articulação com os Estudos Culturais no intuito de indicar como *sites*, *blogs* e páginas de Facebook, na diversidade de configuração multimodal que exploram, têm se revelado um espaço de manifestação de várias categorias de subalternos (SPIVAK, 2010), que, ao testemunharem sua forma de existência, reorganizam o vivido, oferecendo um entendimento das suas condições de existência. Foi realizado estudo exploratório de narrativas de moradores de rua, considerando-se como os eventos narrados participam de uma sequencialidade e temporalidade que caracterizam as textualidades autobiográficas. Concebidas como uma “reconstrução discursiva” (GUILHAUMOU, 2004), essas narrativas traduzem uma presença social e indicam movimentos de alteridade inerentes ao processo de biografização de si. Os resultados sinalizam a relação do testemunho individual com a história coletiva, pois ele participa da construção de uma memória plural. Cada narrativa classifica e, de alguma forma, situa

os acontecimentos axiologicamente dentro de uma dada causalidade e no interior de um circuito enunciativo, o qual coloca o sujeito que se autobiografa como personagem nuclear.

Palavras-chave: narrativas autobiográficas; moradores de rua; espaço digital.

Abstract: This paper shows how homeless people represent themselves when invited to tell their life trajectory using different autobiographic tools available in digital social media. We discuss the use of new web technologies by homeless people who, through social media, record a way to occupy the social space and make themselves visible to the society that excludes them. The methodological referential of the French concept of discourse analysis combined with Cultural Studies was used. We aimed at indicating how websites, blogs and Facebook pages have become a space to display categories of subalterns (SPIVAK, 2010) by exploring a diversity of multimodal settings. When these categories of subalterns report their way of existence, they reorganize life experiences and explain their conditions of existence. We report an exploratory study of narratives of homeless people taking into account how the narrated events fit in a sequential and temporal flow that characterizes autobiographical textualities. These narratives, conceived as “reconstruction of the discourse” (GUILHAUMOU, 2004), translate a social presence and indicate otherness movements inherent to the autobiographical process. The results indicate a relation between individual report and collective history, as the individual participates in the construction of a plural memory. Each narrative classifies and, in a certain way, axiologically places the happenings inside a given causality and in an enunciatory circuit that places the autobiographer as a central character.

Keywords: autobiographic narratives; homeless people; digital space.

Recebido em 04 de agosto de 2016.

Aprovado em 30 de agosto de 2016.

1 Considerações iniciais

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo sobre o uso das novas tecnologias da web por moradores de rua, que, através das redes sociais, contam suas vidas, expõem a precariedade na qual vivem

e, de alguma forma, se tornam perceptíveis. Pelas circunstâncias em que vivem, ou melhor, sobrevivem, eles conhecem condições desfavoráveis no que se refere à alimentação, higiene pessoal e segurança, o que acaba por levar a uma degradação da saúde. Incapazes de superar tais condições e, conseqüentemente, de conseguirem uma reinserção na vida social, eles vão se isolando e se distanciando dos protocolos da vida coletiva. E nem sempre a aproximação com outros moradores igualmente em situação de rua se mostra duradoura e eficaz na criação de vínculos afetivos. Desse modo, os moradores de rua conhecem o isolamento e a vida à margem de uma vivência da cidadania. As possibilidades interacionais são escassas, assim como as de reinserção no mercado de trabalho.

Esses indivíduos, que vivem sem um abrigo fixo, oferecem o testemunho de uma experiência individual representativa da situação de exclusão que muitos outros vivenciam. Daí, a importância que cada narrativa de cunho autobiográfico difundida assume. Por meio delas, os moradores de rua elaboram um entendimento da sua trajetória, atestam um modo de vida gerado pelas desigualdades socioeconômicas do nosso tempo e descrevem os preconceitos e estigmas dos quais são vítimas em seu cotidiano, reivindicando um espaço no universo digital capaz de lhes garantir relativa visibilidade. Trata-se de uma relativa visibilidade, porque a presença nesse universo não produz automaticamente qualquer mobilização que altere a situação de precariedade, ainda que possa indicar um primeiro movimento.

Em uma abordagem discursiva, a qual considera que as práticas de linguagem são práticas sócio-históricas culturalmente situadas, propomos uma análise dos modos de articulação de um dizer autobiográfico de sujeitos que têm pouco espaço para se manifestar devido à situação de exclusão em que se encontram. Tal abordagem funda-se na compreensão de que as interações verbais mobilizam muito mais do que categorias linguísticas, pois essas interações representam modos de ser e de agir socialmente. Consideramos os múltiplos fatores que decorrem da presença dos moradores de rua no espaço digital, tanto do ponto de vista sociointeracional quanto político, postulando que ambos encontram-se inter-relacionados. Essa presença, enquanto ruptura de um certo imobilismo, delineia-se como uma iniciativa primeira de fazer circular o discurso de uma população específica: a população de rua. Essa expressão, igualmente usada por Walty (2005), parece adequada para fazer referência a um conjunto de pessoas que habitam um território

específico, a rua, um espaço público que compreende praças, esquinas, marquises e passeios de uso compartilhado por uma coletividade.

As ferramentas da Web 2.0, novo dispositivo sociocomunicacional, representam, para essa população, uma possibilidade de contato, já que tais ferramentas instauram novas modalidades de interação e permitem, efetivamente, que as vozes de diferentes sujeitos se façam presentes. Vozes de sujeitos que, de alguma forma, assumem a centralidade narrativa por meio de uma conectividade de forte valor simbólico. Nesse contexto, as novas tecnologias ganham força política por favorecer a expressão e a participação dos cidadãos que pleiteiam uma visibilidade perdida, a qual traduz o descaso do poder público. Essas tecnologias podem redefinir os modos de inserção social, assim como podem atenuar o sentimento de isolamento e funcionar como agente de uma memória culturalmente configurada. Postulamos que a Internet também impacta a dinâmica interacional de grupos sociais historicamente marginalizados por favorecer a presença de tais grupos que conseguem, ainda que minimamente, expressar-se e existir no âmbito das redes sociais. O Facebook e o Twitter podem oferecer um lugar de denúncia para aqueles que pouco acesso têm às mídias tradicionais, uma denúncia pautada na circulação da trajetória individual de vida autobiograficamente elaborada e capaz de comover o outro por substituir uma argumentação racionalmente construída pelo testemunho de uma trajetória de privações.

2 As novas tecnologias e o discurso digital

A expansão da vida digital tem levado os estudos da linguagem a se interessarem por esse fenômeno cultural que faz emergir discursividades outras a partir de práticas sociointeracionais, as quais vêm alterando os padrões de sociabilidade. A noção de hipertextualidade (cf. MARCUSCHI; XAVIER, 2005), já incorporada aos estudos linguísticos, tem permitido analisar tais práticas por contemplar um fenômeno que alterou as possibilidades de leitura e os modos de recepção dos discursos: a não linearidade do texto e sua disposição difusa. Esse movimento não sequencial de leitura, aspecto definidor do hipertexto, é uma particularidade dos gêneros discursivos digitais. Tanto o conteúdo quanto o percurso de leitura não são lineares. Isso significa que cada sujeito interpretante constrói uma cadeia de segmentos necessária para seu entendimento. Ou seja, essa linearidade compreende uma construção individualizada em meio a várias possíveis e pertinentes.

No universo digital, a não presença física dos sujeitos, o que lhes permite grande mobilidade, gera, como contrapartida, uma disponibilidade intensa, que é fruto da conexão ininterrupta e facilmente acessível. Trata-se de uma nova modalidade de interação marcada pela coparticipação dos sujeitos (todos produzem) e compartilhamento dos saberes (todos têm acesso às informações), o que resulta em uma descentralização da informação.

A conectividade e o elevado grau de interatividade, aspectos próprios da comunicação digital, produzem padrões enunciativos singulares, pois os sujeitos estão em situação de ubiquidade e não se encontram em um mesmo espaço. Essa conectividade e a relativa liberdade de expressão favorecem uma participação mais democrática, que pode influenciar o debate político por meio da universalização de acesso à informação disponível na internet (cf. CASILLI, 2010). Graças a essa conexão, todos se sentem próximos de todos e as mensagens são difundidas no tempo real em que são produzidas e circulam por redes que permitem o amplo compartilhamento.

Essas novas condições de produção afetam as relações autor-leitor e a produção dos sentidos, tendo em vista que o circuito polarizado emissor-receptor, já desestabilizado pelas mídias convencionais (que, dentro dos seus limites técnicos, têm buscado a presença do público a que se dirige já na instância de produção do seu conteúdo), torna-se pulverizado. O universo digital propiciou uma expansão das interações na sua forma e no seu fluxo, e as tecnologias que a partir dela se desenvolveram potencializaram a instantaneidade das trocas comunicativas e expandiram os modos de se relacionar.

O Facebook, *site* e serviço de rede social lançado em fevereiro de 2004, permite o compartilhamento de mensagens sem que as pessoas partilhem o mesmo espaço físico. Já o Twitter, criado por Jack Dorsey em 2006, é um *microblogging*, que permite o envio instantâneo de mensagens e instaura uma temporalidade na qual a produção e a recepção da mensagem se fazem de modo imediato sem que os sujeitos estejam partilhando o mesmo espaço físico. Ambos, juntamente com outras redes sociais de contato, não apenas aproximam as pessoas, mas instauram um espaço de partilha e de troca de informações; um espaço plural em termos de modalidades sociointerativas, inovador no que se refere aos modos de expressão e variado quanto às ações possíveis.

As novas materialidades mobilizadas por essas práticas sociocomunicativas apresentam uma composição plurissemiótica, cuja análise demanda uma abordagem integradora compatível com a diversidade de elementos que as compõe. Tais elementos guardam entre si uma relação de interdependência na configuração e produção de sentidos sem que um seja mais significativo do que outro.

Todas essas especificidades justificam o surgimento de uma análise discursiva interessada no universo digital, cujo estudo no domínio das ciências da linguagem acentua a importância de tratar as práticas de linguagem na globalidade de sua emergência (cf. LYSARDO-DIAS, 2001) sob pena de reduzi-las à sua dimensão meramente formal. Seja qual for a vertente de Análise do Discurso (AD, doravante) e o objeto de estudo, a atividade verbal compreende a articulação entre os vários aspectos que ela mobiliza. Isso porque a ação verbal não existe fora do conjunto das circunstâncias da qual ela faz parte e com as quais ela mantém uma relação de intercondicionamento recíproco. As análises discursivas das redes sociais podem imprimir outro vigor para a AD, área que nasceu sob o signo da interdisciplinaridade e que se desenvolveu graças a constantes desafios impostos pelos novos *corpora* com os quais se deparou. Discursos político, midiático, literário, religioso, pedagógico, acadêmico, científico, jurídico e agora o discurso digital, e tantos outros, estão se sucedendo e se articulando como objeto de estudo, o que tem levado a AD a redimensionar seus quadros teórico-metodológicos e avançar nas suas formulações para acompanhar o surgimento de novas discursividades que impõem outros protocolos retórico-comunicacionais.

Esses quadros desenvolveram-se efetivamente quando tratados dentro de uma visão crítica e sensível aos outros domínios do saber. Na ausência desse posicionamento reflexivo, alguns aportes conceituais acabaram sacralizados e tiveram enfraquecidas a validade epistemológica e a contribuição que representariam para o desenvolvimento dos estudos da linguagem. Tais aportes, como qualquer formulação teórica em qualquer área do conhecimento, existem a partir de uma relação de continuidade ou de ruptura com o que lhes precede, pois são historicamente situados. Por isso, a necessidade de tomá-los como um “elo na cadeia” das teorias linguístico-discursivas e em constante diálogo com problemáticas de diferentes ordens.

A produtividade da AD deve-se à capacidade dos analistas do discurso de encaminharem suas análises em direção a novos desejos,

sejam eles conceituais ou analíticos. Esse dinamismo parece-nos essencial para fortalecer a AD muito mais como uma perspectiva macrocontextualista do que como uma disciplina (termo que remete a um ordenamento rígido e, em última instância, a certos dogmas), para que ela possa, na sua diversidade, efetivamente, produzir novos e relevantes conhecimentos para as ciências da linguagem e para as ciências em geral. Mesmo que esse dinamismo possa gerar certa resistência provocada pela (inevitável e saudável) instabilidade que o novo traz, ele é fruto do modo problematizador como interrogamos nossos objetos e nos obriga a reavaliar posicionamentos e crenças internalizados.

Como qualquer forma de conhecimento, a AD é tributária do seu tempo e diz muito sobre uma forma de pensar a linguagem: como uma prática cultural. Inserida em uma tradição científica não muito antiga de tratar o objeto de estudo na sua relação com todo o sistema histórico-cultural do qual faz parte, ela foi configurando-se, a nosso ver, como um paradigma teórico-metodológico que trata a linguagem na inscrição de seus vários aspectos constitutivos, sejam eles de ordem social, política, comunicativa, inter-relacional ou material.

A diversidade de teorias de discurso sugere que não há uma só forma de compreensão da linguagem, mas diferentes modos de apreensão que fazem sentido quando correspondem à complexidade do processo de produção de sentido(s). Para usar os termos de Santos (2006, p.143), é uma diversidade também “ontológica, traduzindo-se em múltiplas concepções do ser e estar no mundo”. Portanto, cada proposta teórica representa uma expansão ao desenvolver uma inteligibilidade específica para a atividade verbal, atestando sua natureza multifacetada.

Paveau (2012), ao caracterizar o que seria uma *análise do discurso digital*, defende uma visão mais ampla das produções textuais-discursivas, na qual a indicação das fronteiras entre os diversos componentes deixe de ser um objetivo em favor de uma análise centrada na articulação desses componentes. Nenhum aspecto seria visto como mais importante ou determinante em relação aos demais, pois ela propõe uma “linguística simétrica” (cf. PAVEAU, 2010), na qual os elementos linguísticos e não linguísticos participam igualmente na configuração dos sentidos. Supera-se a tradicional separação entre a linguagem e o que seria exterior a ela para priorizar a conjunção de fatores de diferentes ordens. Consequentemente, rejeita-se a ideia de oposição entre o interno e o externo como se se tratassem de polos que se excluem.

De forma ainda mais evidente, o contexto impõe-se como constitutivo do sentido em todos os seus aspectos (sociais, culturais, materiais etc.); logo, como um elemento dinâmico, em constante processo de co-construção (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 1990). O postulado maior é não perder de vista a globalidade (cf. LYSARDO-DIAS, 2001) da atividade discursiva, o que inclui, no caso das produções digitais, a composição plural das mensagens e a reconfiguração da cena enunciativa. A AD, ao inserir a ideologia como parâmetro de análise da atividade verbal, substitui o foco na análise linguística por um estudo que integre os diferentes elementos dessa atividade.

Portanto, a natureza plural da comunicação digital ratifica e fortalece a importância dessa visão contextualista e pode contribuir para ampliar o alcance das teorias do discurso que são desafiadas por uma textualidade tecnologizada e multimodal.

3 Autobiografia e expressão de si

Contar a própria vida inclui um movimento de reconfiguração de experiências vividas que vão além de uma enumeração de acontecimentos pessoais e coletivos. O narrador-personagem vai expondo fatos que tecem, ao longo da narrativa, um percurso existencial e delineiam uma imagem de si a partir das fatalidades e das representações que mobiliza, conscientemente ou não. Ele impõe sua voz e abre espaço para que outras vozes sejam entendidas: a das instituições, a dos valores e a das crenças. Conjuntamente, elas vão conferindo uma coesão aos seus grupos de pertencimento desse narrador, coesão nem sempre capaz de silenciar o embate entre ideologias diversas.

Qualquer um que conta sua vida retextualiza os processos de encenação narrativa, que produzem uma textualidade na qual o sujeito articula inscrições temporal e espacial ao seu ponto de vista sobre o experienciado. Essa textualidade imprime uma coerência a uma vida já vivida e pode oferecer, juntamente com o encadeamento dos fatos que constrói, uma explicação para as angústias da existência e uma inspiração para o enfrentamento das dificuldades da vida cotidiana. Por isso, narrar a vida é atribuir-lhe um sentido e expor um pouco da complexa condição inerente ao ser humano do qual aquela vida é (apenas) um exemplo.

O posicionamento retrospectivo que funda o gesto autobiográfico faz apelo a uma memória que busca no passado vestígios daquilo que

foi retido como vivenciado; passado e presente são postos em contato, sugerindo, de uma maneira mais ou menos subentendida, um futuro por essa relação projetado. Assim, o tempo assume um papel de evidente importância, pois o que é lembrado é atualizado e, conseqüentemente, reativado em termos de relevância para aquele percurso de vida. Esse funcionamento que encerra, ao mesmo tempo, uma forma de cognição social, uma modalidade de gênero discursivo e uma prática social (cf. OCHS, 2014) justifica e motiva os estudos das histórias de vida sob diferentes aspectos e perspectivas, que se completam e que indicam um entendimento da diversidade das expressões autobiográficas.

Os textos autobiográficos destacam-se pela discursividade narrativa de natureza autocentrada e autorrepresentativa, já que o enunciador se exprime em primeira pessoa ao dar a conhecer o seu passado. O pacto autobiográfico, definido por Philippe Lejeune (1975) como um princípio de identidade autor-narrador-personagem, atesta a centralidade do fator enunciativo. Para Lejeune (1975), a autobiografia caracteriza-se, ainda, por uma certa forma de linguagem, a narrativa; por um tema específico, a vida do indivíduo; e por uma postura do narrador, a posição retrospectiva em relação à narrativa. Portanto, é na confluência e articulação de diferentes elementos que esse dizer materializa-se como um discurso de inegável valor documental por materializar-se como um registro histórico e uma maneira de inserir uma vida no amplo espectro das vidas vividas.

Pascale Delormas (2013, p.11) utiliza a expressão “*mise en scène de soi*” (encenação de si) para referir-se ao engendramento dos diferentes elementos que compõem o dispositivo mobilizado pelo sujeito para narrar/construir sua trajetória de vida. De fato, há um trabalho de articular e de fazer convergir um aparato enunciativo-descritivo em função de uma sequencialidade actancial que denota o que o indivíduo apreende como sendo sua vida. Isso porque a textualidade não corresponderá à totalidade da vida real vivida: algumas experiências serão destacadas em detrimento de outras, que serão esquecidas ou silenciadas. O que é dito/contado deixa entrever o que não é apresentado, mas nem por isso inexistente e sem impacto nos acontecimentos.

As modalidades autobiográficas encerram uma autoexposição via autorrepresentação; elas resultam de uma negociação entre o que é compreendido como pertencente à esfera privada e o que é dado como relativo à esfera pública. O narrador autobiográfico é alguém que se

mostra, preservando sua individualidade, quando não a acentuando. As peculiaridades inerentes a cada vida reforçam a singularidade de cada sujeito e das suas experiências.

Definida por Lejeune (1975) como uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, a autobiografia tem se expandido em termos de configuração e materialidade de forma a assegurar aos atores sociais um outro lugar para expressar sua subjetividade, impondo uma dimensão individualizada de seu percurso. Haveria uma espécie de mediatização pessoal proporcionada pelas redes sociais, que favorecem uma exposição em larga escala. A imagem que o sujeito oferece de si pode ir ao encontro do que outros sujeitos têm como demanda, e assim esse sujeito seria acolhido, destacando-se em meio a outros tantos que igualmente publicizam sua trajetória de vida; por isso, a grande repercussão que alguns relatos autobiográficos conhecem e a indiferença frente a outros.

Segundo Philippe Gasparini (2013), o valor e o lugar de destaque das diferentes modalidades de expressão autobiográfica nos dias atuais devem-se, em certa medida, ao fato de muitas sociedades tomarem como um privilégio ligado a uma forma de poder a possibilidade de o indivíduo contar sua vida. Mas que poder seria esse? Seria o poder de se mostrar único e singular? Ou o poder de se inscrever na memória alheia? Ambos e, ainda, o poder de partilhar uma existência que é colocada em destaque em relação a outras tantas que permanecem desconhecidas, como se aquela existência fosse mais celebrada que as demais.

De qualquer forma, o sujeito autobiográfico oferece uma inteligibilidade de si a ele próprio e aos outros no âmbito de um projeto de autosubjetivação por meio do qual ele mostra uma autopercepção que sugere uma consciência de si. Antonio Damasio (2003), situado em uma perspectiva dos estudos em neurologia, considera a existência de um *eu autobiográfico*, que, para ele, corresponde a um sentimento que o sujeito tem de ser possuidor de um passado que lhe é pessoal e de um futuro que esse passado antecipa. Esse *eu autobiográfico* é o sujeito da experiência vivida e se assume enquanto personagem daquilo que ele narra; um personagem que se volta para sua existência, expressando-a como uma história.

É a discursivização da vida pessoal que, nos termos de Guilhaumou (2004), consiste em uma reconstrução discursiva de um vivido; nesse movimento de reelaboração, o enunciador-personagem retoma alguns

fatos e vivências, situando-os em relação ao seu percurso de vida. Essa organização acontece no âmbito de processos de causalidade que são estabelecidos de forma a hierarquizar e valorar os acontecimentos. Tais processos não existem fora dos *topoi* culturais, que forjam tanto um quadro de produção quanto de interpretação dos discursos.

É no âmbito das causalidades que se pode retomar e adotar o conceito de “ruptura biográfica” (*biographical disruption*) presente nas formulações de Michael Burry (1983). Ele propõe essa expressão para qualificar o efeito atribuído a certas atitudes e fatos, os quais são considerados como responsáveis por uma significativa alteração na trajetória de vida. Burry (1983) concebe a noção de ruptura biográfica no âmbito do surgimento de uma doença crônica, que pode alterar radicalmente o modo de vida do indivíduo, provocando uma mudança profunda de seus conhecimentos em decorrência dessas alterações. Esse corte abrupto é o resultado do imprevisível ou de ações decisivas que redesenham a trajetória de vida do sujeito, reorientando-a ou conferindo-lhe novos sentidos.

Assim, no processo de discursivização que está na origem das textualidades autobiográficas, certos fatos são apresentados como cruciais por serem tidos como responsáveis por uma mudança substancial no modo de ser e de agir do indivíduo. Esses fatos, considerados como capazes de subverter uma organização de vida até então determinada, são alçados à condição de desencadeadores do que aconteceu; ou seja, causadores de uma perturbação a partir de um olhar retrospectivo que os ressignificam. No momento da construção daquele relato autobiográfico, tem-se aquela perspectiva, que pode não ser definitiva.

4 As histórias de vida nas mídias sociais

A profusão de relatos de vida caracterizada como uma “febre biográfica” (cf. DOUBROVSKY, 2007) ou “onda biográfica” (cf. LYSARDO-DIAS, 2014) continua e tem sido revitalizada pelas novas mídias, capazes de potencializar a exposição de si naquilo que existe de abundância e afluência das narrativas de vida nos seus diferentes modos de produção-circulação. Esses relatos encontraram no espaço digital um campo propício para sua expansão devido à instantânea circulação das mensagens e à natureza plurissemiótica desse espaço. Todos podem produzir suas mensagens e ter acesso às mensagens alheias, o que cria um circuito dinâmico de compartilhamento.

Esse acesso relativamente democrático permite que qualquer indivíduo se faça presente via Facebook, Twitter ou Instagram, tecnologias que incrementam uma cultura de exposição e publicização de si. São difundidas mensagens curtas, de circulação massiva e transmissibilidade imediata, por meio das quais o sujeito se dá a conhecer a outros sujeitos nem sempre próximos e conhecidos. Tão impactante quanto o conteúdo dessas mensagens é a relação de proximidade estabelecida, já que a vida privada é coletivizada. Essa abertura pode banalizar a intimidade, que perde seu *status* de vida interior, mas favorece gestos de mobilização e solidariedade em favor daqueles vistos em situação de carência ou fragilidade.

O livre acesso permite ampliar a visibilidade em uma sociedade que não para de gerar excluídos, sobretudo pelas desigualdades socioeconômicas que persistem em um mundo voltado para a economia de mercado. Excluídos são todos e todas, aqueles e aquelas, que estão em alguma posição de subalternidade, inferiorizados pela condição em que se encontram, como os moradores de rua, por exemplo. Essas pessoas que vivem nas ruas sobrevivem em condições precárias e integrando a paisagem urbana das grandes cidades, atestando a ineficiência das políticas públicas e o descaso da sociedade em geral que se acostumou com a presença deles. O risco a que estão expostos e a ausência de vínculos afetivos levam essa população de rua ao nomadismo circunstancial, e consequente isolamento, e ao silenciamento.

A percepção dessa vulnerabilidade e a sensibilidade ao alto grau de exclusão desses moradores de rua levaram um grupo de estudantes parisienses, sob a iniciativa de Martin Besson, a criar, em março de 2014, o *site* Sans-A (abreviatura de sem abrigo). Os objetivos são ir ao encontro dos que estão morando nas ruas, mostrar quem são e contar a história de vida deles, expondo e difundindo a situação de precariedade em que vivem, mas, igualmente, proporcionando uma oportunidade de dar a conhecer a identidade de seres humanos que são vítimas da desqualificação social. O *site* assim se apresenta:

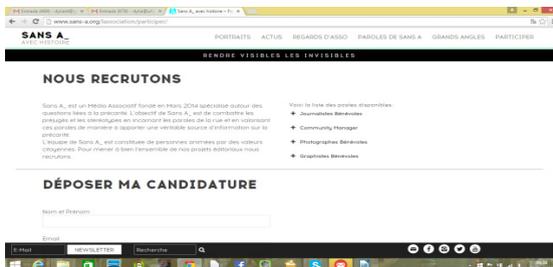


Figura 1: Print do *site Sans-A*

Fonte: *site Sans-A*

Dessa maneira, as novas tecnologias são integradas ao cotidiano das pessoas, que passam a fazer diferentemente o que já faziam, como se solidarizar com o sofrimento alheio. Altera-se a ação em si, pois o modo de interpelação é modificado devido aos recursos de uma tecnologia de relacionamento social, que gera uma textualidade plurissemiótica e deslinearizada (cf. PAVEAU, 2015), e outros procedimentos para lutar por causas humanitárias já conhecidas, como a integração dos moradores de rua. Ao lado das ações filantrópicas de oferecer ajuda material, surge um outro tipo de ação preocupada em oferecer um espaço para manifestação das individualidades para pessoas que já não são mais vistas como tais.

O agrupamento de pessoas em prol de causas sociais manifesta-se concretamente como uma rede de mobilização e de difusão de informações, na qual vários sujeitos e várias modalidades de intervenção estão interligadas, conforme atesta essa página do *site Sans-A*:



Figura 2: Print do *site Sans-A*

Fonte: *site Sans-A*

A proposta desse *site* não é oferecer um conforto material concreto (como é o caso de associações filantrópicas e grupos de voluntários),

mas aproximar e valorizar seres humanos, promovendo uma escuta dessas pessoas que fazem parte da paisagem urbana atual, porém não são percebidas nas suas necessidades de atenção e afeto. Isso significa disponibilizar todo um aparato tecnológico capaz de amplificar causas humanitárias e expandir o potencial de mobilização dos indivíduos. Emerge não apenas uma nova forma de expressão, mas um novo modo de agenciamento pelas novas relações que são instauradas entre os sujeitos. Não uma relação em que um dá e o outro recebe, mas uma relação de disponibilizar canais de expressão para aqueles que a eles não têm acesso.

O resultado é a reconfiguração da identidade de pessoas desassistidas, que perderam seus vínculos relacionais, por isso o caráter autobiográfico das textualidades construídas e expostas; cada sujeito apresenta seu percurso de vida, justificando, de certa forma, sua condição atual:



Figura 3: Print do site Sans-A

Fonte: *site Sans-A*



Figura 4: Print do *site Sans-A*

Fonte: *site Sans-A*

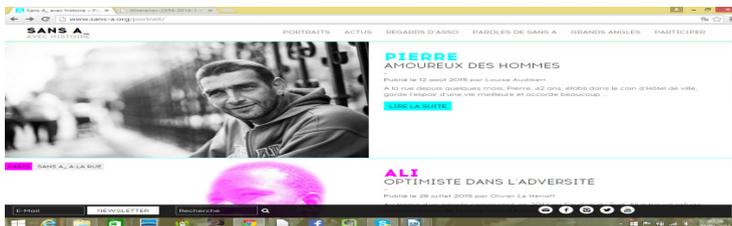


Figura 5: Print do *site Sans-A*

Fonte: *site Sans-A*

Cada um dos sujeitos abordados relata sua trajetória de vida e seu cotidiano como morador de rua, resgata sua memória ao construir uma organização do vivido que relaciona os acontecimentos e lhes imprime uma valoração. Desse contato e por meio desse processo, surge uma representação do indivíduo e da sociedade e das relações que entre eles se estabeleceu. Por isso, narrar a vida, sobretudo a própria vida, é um ato social de construção de uma inteligibilidade sobre a realidade “externa” ao indivíduo, mas constitutiva de sua existência.

Dentro da mesma proposição de dar visibilidade aos que não são efetivamente vistos, e no espírito das relações em rede, surgiram iniciativas parecidas em várias cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e ainda em Porto Alegre, Salvador e Fortaleza. O propósito em todos esses casos é usar o universo digital para promover um engajamento capaz de levar os usuários, que também produzem mensagens, a tomarem consciência de uma realidade social. Como há um espaço para que eles reajam ao que está sendo veiculado, eles são convocados a também produzirem e difundirem mensagens, reforçando essa dimensão de rede. Outro aspecto que potencializa o impacto dessas iniciativas é que a audiência acontece em larga escala mesmo que não seja possível determinar com exatidão quantitativa seu efetivo alcance.

França e Brasil têm níveis de desenvolvimento social e econômico bem díspares, mas convivem com a miséria de alguns grupos populacionais que se encontram à margem da sociedade. Talvez por isso, em ambos os países, surja a necessidade de novos canais para mostrar algo que passa despercebido aos olhos dos poderes públicos e da sociedade em geral: a miséria e o abandono dos moradores de rua.

Assim, as mídias sociais assumem um papel político: favorecem uma participação cidadã dos indivíduos, que buscam modos de promover o bem comum e solidarizar-se com o sofrimento alheio. Todo o aparato tecnológico ultrapassa sua dimensão de instrumento técnico e instaura outros vínculos, forjando novas práticas coletivas de solidariedade e altruísmo que integram ações do cotidiano e potencializam seu impacto.

A população de rua, vista genericamente como “pobres” e “mendigos”, é abordada na singularidade de cada membro, que é individualmente fotografado (e assim passa a ter uma fisionomia que o singulariza) e ouvido (é visto como alguém que tem voz e tem o que dizer). Junto da foto, vem a história de vida que cada um contou de si para alguém disposto a uma escuta qualificada, pois sensível às demandas do outro. Esse registro tem caráter documental por atestar a trajetória de sujeitos afetados pelo modo de vida que a sociedade desenvolveu. A história de cada sujeito é também a história de um sistema e de uma época que pouca assistência oferece aos que vivem precariamente.

Essas três histórias, por exemplo,

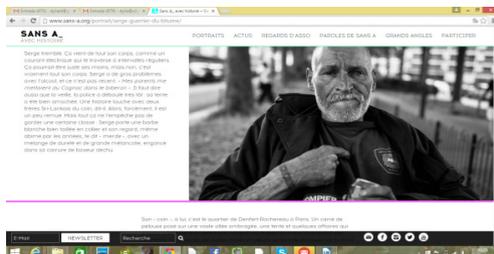


Figura 6: Print do *site Sans-A*

Fonte: *site Sans-A*



Figura 7: Print do Facebook *spinvisível*

Fonte: Facebook *spinvisível*



Figura 8: Print do Facebook bhinvisible

Fonte: Facebook bhinvisible

e todos os demais relatos de vida dos moradores de rua têm valor memorialístico, com a vida narrada inserindo-se no fluxo da história, revelando, tanto em nível individual quanto coletivo, como a sociedade se compõe. A vida é traduzida e registrada em palavras e imagens que, articuladas, documentam um dado momento da existência humana em sua forma mais desumana. A trajetória de vida partilhada representa a trajetória das relações de pertencimento e de engajamento dos sujeitos dentro de um desejo de revelar o que existe de singular por trás dessas figuras, cuja presença está se naturalizando na paisagem urbana como se o estado de extrema miserabilidade fosse inevitável.

Cada morador de rua que é fotografado e conta um pouco da sua vida articula uma compreensão da sua existência e, assim, confere um sentido a ela. Ele deixa entrever seus vínculos (ou falta deles), o lugar que ocupa na sociedade e como é essa sociedade, pois toda história de vida é situada; logo, guarda relação com outras histórias de outras vidas. A história que se tem de cada morador de rua faz parte da história de todo esse grupo e de todos os habitantes de uma cidade, cuja exposição da vida funciona como um gesto para que sejam vistos e reconhecidos.

E dessa forma, não apenas as figuras públicas e notórias são objeto de interesse coletivo, mas também aquelas que pertencem a grupos marginalizados e que apontam para o lado perverso da sociedade. Dar visibilidade a essas chamadas “minorias” é uma forma de reivindicar um olhar generoso para com elas, chamando a atenção para o sofrimento a que são submetidas. Conforme indica Walty (2005, p.19) em um estudo de relatos obtidos junto à população de rua da cidade de Belo Horizonte,

“quando se observa a crescente exclusão de grupos sociais calados em sua impotência ou revoltados na violência cega, pode-se prever a diminuição da diversidade e da pluralidade interativa”, o que denota um contexto econômico que priva muitos dos seus direitos mais básicos, incluindo o direito de se manifestar.

Por isso, a importância de fazer circular as histórias desses grupos sociais. Trata-se igualmente de possibilitar aos que têm pouco ou nenhum espaço que se façam entender; ou seja, dar voz aos subalternos, como sugere Spivak (2010). Consideramos esses subalternos como vítimas de um silenciamento histórico, que negou a presença deles e, conseqüentemente, nega o que representam em termos de fracasso de uma sociedade que não consegue promover a igualdade de direitos; eles são ignorados pelo poder público e ausentes da história oficial.

As iniciativas que acima descrevemos podem ser vistas como um movimento de favorecer que os moradores de rua, uma categoria de subalternos, se expressem ao invés de colocar alguém para “falar” por eles; qualquer que seja o porta-voz, ele estará sempre falando no lugar de alguém a quem priva o direito de expor o seu ponto de vista e de vida.

Ao tratar da relação entre testemunho e história no contexto do genocídio, Wieviorka (1998, p.128) afirma que a abundância das narrativas de vida representa uma “democratização dos atores da história”, pois é dado direito de fala aos “excluídos” e aos “sem voz”. Trata-se, portanto, de ampliar as perspectivas que se tem sobre a vida em sociedade, assim como de instanciar como atores aqueles que não pertencem às elites sociais e econômicas e que, por isso, são expostos a vários tipos e níveis de violência.

4 As narrativas autobiográficas como testemunho

Não é de hoje que o homem conta a sua vida: confissões, diários, correspondências, memórias, autobiografias, entrevistas. Em todas essas textualidades, irrompe um sujeito protagonista na diversidade de seus papéis e na singularidade do seu fazer-ser. No horizonte das formas de autorreferência, emerge uma cartografia de percursos de vida que acenam para a inteligibilidade do humano.

Vidas célebres e vidas comuns buscam o reconhecimento e dialogam com os modelos sociais fundados nos *topoi* vigentes, que são reforçados ou questionados a cada novo relato de cunho autobiográfico

que surge e que, necessariamente, com eles estabelece algum tipo de diálogo. Cabe ressaltar que os modelos coletivamente instituídos nos espaços de sociabilidade geram um movimento constante de maior ou menor identificação com esses padrões, muitos deles representativos de posicionamentos valorizados, logo alçados à condição de objetos de desejo. Por isso, a interdiscursividade se impõe como fator primeiro na tessitura dessas vidas, constitutivamente ligadas a uma época e a um mundo coletivo. Rastros de uma memória coletiva se deixam captar na tensão entre o que é dito e o que é silenciado de maneira a afetar a percepção das experiências passadas.

Relatos autorreferentes breves ou extensos, verbais ou audiovisuais, legitimam a cotidianidade e a *doxa* de uma comunidade que têm no passado vivido uma forte referência para moldar suas relações no presente e que se move entre a esfera pública e a esfera privada, um *continuum* no qual o indivíduo transita nem sempre de forma consciente e deliberada. Esses relatos elaborados para serem ou não colocados ao alcance do grande público inscrevem o sujeito que se autobiografa na lógica da “vida real” que será compartilhada, evidenciando, no caso dos moradores de rua, as condições precárias em que vive um grupo de pessoas que não desfruta do mínimo necessário para uma vida reconhecida como digna de um ser humano.

A insistência na experiência pessoal validada pela autenticidade atribuída à voz do narrador personagem delinea uma retórica da individualidade de suposto interesse social. Essa retórica estrutura-se a partir do paradigma do experienciado e do seu papel na totalidade daquela vida narrada. Elaborar-se uma rede de causalidades por meio da qual o valor de cada acontecimento é dado pelo suposto impacto que causou e pelo que mobiliza em termos de movimento actancial.

Essa rede deixa entrever uma orientação argumentativa pautada pela presença constante da autoexplicação e da autojustificação como forma de construir uma unidade. Concebida por Amossy (2000) como um posicionamento em relação a um já-dito, essa dimensão argumentativa resulta da perspectiva que o sujeito-narrador assume. O modo como se relaciona com o que narra denuncia uma convicção em relação ao mundo, que é compartilhada e capaz de gerar a adesão do outro. Assim,

a construção argumentativa circunscreve-se nesse caso aos padrões culturais e aos traços axiológicos que o sujeito enunciator-narrador-personagem deixa entrever no e pelo encadeamento narrativo que elabora. Seu dizer é situado tanto em relação ao contexto sociocomunicacional do qual emerge quanto em relação ao contexto histórico-cultural que lhe é inerente (LYSARDO-DIAS, 2016, p.1207).

Esse exercício de autorreferencialidade retrospectiva pontuado pela narração em primeira pessoa particulariza o que é comum a todos de forma a diferenciar as trajetórias de vida que se sobrepõem, ainda que uma possa, explícita ou implicitamente, reivindicar maior prestígio.

No caso das redes sociais, a democratização na produção/difusão desses relatos autobiográficos altera o modo como a representatividade de cada relato autobiográfico vai sendo disposta, pois o regime de singularização fica à mercê do espaço atual de ampla proliferação desses relatos. A própria exposição da vida nas redes sociais aponta para uma malha de interações na qual todos podem se colocar como emblemáticos de uma postura modelar, seja por se adequar aos modelos valorizados, seja por subvertê-los, caracterizando assim uma corajosa insubordinação. De uma forma ou de outra, é preciso mostrar um comportamento distintivo que desperte o interesse e possa romper com a uniformização sob pena de não ser percebido em meio a tantos outros revelados.

As narrativas autobiográficas, nas suas diferentes configurações linguístico-discursivas, representam um modo de atestação do vivido; o sujeito narrador oferece um depoimento do que experienciou enquanto personagem. Por isso, elas têm valor de testemunho (OROFIAMMA, 2008); um depoimento sempre singular e que coloca em destaque alguns acontecimentos em detrimento de outros. Um sujeito, explícita ou implicitamente, inter-relaciona sua trajetória individual àquela coletivamente vivenciada e dá a conhecer seu ponto de vista sobre as fatalidades rememoradas; logo, eleitas como significativas.

Os acontecimentos são apresentados sob a perspectiva de um sujeito específico, que, ao narrá-los, certifica o passado e personaliza as experiências que torna públicas. E esse narrar já é, como sugere Wiewiorka (1998), uma explicação pelo encadeamento entre os fatos e sentimentos que é promovido por um sujeito posicionado de forma autorreflexiva e retrospectiva; seu *ethos* é aquele de um conhecedor privilegiado de uma realidade que é ressignificada. No caso analisado dos moradores

de rua, eles mostram não apenas o cotidiano da vida em um espaço sem qualquer privacidade, como também apresentam uma explicação para essa condição de não possuir um abrigo e de, na maioria das vezes, ter vínculos frágeis com seu grupo familiar. Entre a opção de fazer da rua sua moradia e a condição transitória de estar na rua, há uma descrição do que é morar em um lugar que não lhe pertence; um lugar (a rua) que vai qualificar o indivíduo pelo vínculo territorial que ele estabelece.

Concebidas como uma “reconstrução discursiva” (GUILHAUMOU, 2004), os relatos autobiográficos situam-se no interior das circunstancialidades sócio-históricas, interdiscursivamente mobilizadas, como dito anteriormente, que apontam para uma alteridade inerente ao processo de biografização de si. Essa biografização de si atesta uma práxis individual integrante das ações do ser humano de maneira a traduzir, ainda que indiretamente, os vínculos relacionais e os modos de se inserir nos grupos sociais de pertencimento. Mesmo o íntimo de cada um é situado em relação à sociabilidade coletiva e diz respeito às formas de presença do outro. Assim, o morador de rua descreve seus comportamentos e seus sentimentos sempre em relação a um padrão de não morador de rua, padrão socialmente encarado como o desejável.

Segundo Arfuch (2010, p.73, *itálico da autora*), a questão mais significativa diz respeito à autorrepresentação que o indivíduo oferece de si a partir da construção narrativa que elabora: “No caso das formas testemunhais, tratar-se-á, além disso, da verdade, da capacidade narrativa do ‘fazer-crer’, das *provas* que o discurso consiga oferecer, nunca fora de suas estratégias de veridicação, de suas marcas enunciativas e retóricas”. Essa capacidade narrativa tem a ver com um tipo de habilidade linguageira de discorrer sobre um passado, recompondo-o, e com uma disposição de retomar acontecimentos e sensações que podem trazer algum tipo de desconforto. Portanto, credibilidade do testemunho e emotividade do sujeito testemunhante se articulam na construção de um testemunho inevitavelmente pleno de valoração de diferentes ordens.

É pela voz/ponto de vista do sujeito protagonista que se tem acesso à sua experiência vivencial, considerando que ele faz uso de procedimentos e recursos tanto da ordem do narrativo quanto da ordem do descritivo, ambos detentores de uma orientação argumentativa. Arfuch (2010, p.76), ao se deter na análise da entrevista midiática como uma prática de natureza autobiográfica, chama a atenção para as diversas formas de “ficcionalização autobiográfica”, o que significa levar em conta a utilização de tais procedimentos e recursos que forjam um certo “eu”.

5 Considerações finais

Como fragmento constitutivo da história coletiva, uma narrativa autobiográfica é um espaço que ilustra a complexidade das identidades e como elas são percebidas e vividas por cada sujeito. A compreensão que ela elabora da inscrição de cada um no tecido social tem uma dimensão performativa por criar uma história para o indivíduo, que assume essa narrativa sendo a “sua vida” e como uma justificativa do seu percurso. Daí, a importância de dar a oportunidade para o morador de rua, como já dito anteriormente, marginalizado pela precariedade das suas condições de vida, de organizar sua trajetória e conferir-lhe um sentido. É um viés para o alargamento das possibilidades de aproximação entre os indivíduos, que, conhecendo a história do outro, origem da sua condição atual, sofrimentos e alegrias, melhor se relaciona com ele.

A essa função social, acrescenta-se uma função emocional de ser ouvido e, de alguma forma, acolhido. Como testemunha de uma época na qual o grupo de excluídos não para de crescer dada a supremacia da lógica econômica em detrimento de priorizar o bem-estar dos cidadãos, cada narrativa autobiográfica tecida representa um movimento de recomposição da própria identidade desse sujeito que foi excluído de uma convivência social digna. E cada vez que essa narrativa é colocada em circulação nas redes sociais, quem o faz demonstra um engajamento no sentido de inserir esse “excluído” em um circuito interacional e também se coloca como testemunha uma condição de vida.

As redes sociais permitem uma integração que abre espaço para ampliar as relações entre as pessoas a partir de um modo de compartilhamento que alterou as noções de espaço físico e de temporalidade, assim como a compreensão do binômio presença/ausência. Segundo Licoppe (2012), no âmbito das novas tecnologias, a presença não deve ser tomada como um estado que se opõe à ausência, mas como um processo, já que ela se baseia em competências, dispositivos e recursos para se inserir e ser inserido nas situações de interação. É possível não partilhar o aqui e agora do jogo comunicativo e ainda assim se fazer presente por meio de variadas formas de afetar uma situação. Portanto, existe uma presença em termos espaciais e uma outra que “historicamente e culturalmente situadas e elas indexam desigualdades relativas à visibilidade das pessoas e à capacidade delas de afetar as situações” (LICOPPE, 2012, p.2).

Mais que um suporte, as novas tecnologias constroem novas possibilidades de inscrição de si por meio de redes que criam espaços de compartilhamento. E sendo um espaço, essas redes podem acolher aqueles que estão exilados em seu próprio território de existência, canalizando uma visibilidade baseada no engajamento dos sujeitos em relação àqueles que foram excluídos. Assim, as novas mídias sociais revelam-se como espaço de ação e de integração sempre dinâmico. Se hoje grande parte das nossas ações cotidianas acontece no universo digital, é por que ele é concreto como forma de interagir e de se relacionar com o mundo e com as pessoas.

Usar esse universo em defesa de causas humanitárias revela outro significado que ele pode assumir, já que a tecnologia digital propicia outra forma de relação entre as pessoas e é capaz de trazer alguma melhoria para a vida delas. Os idealizadores do *site* Sans-A e das páginas Facebook SpInvisível, BhInvisível, RjInvisível etc. conseguem criar um canal de escuta e de percepção para os moradores de rua. Estes conhecem um gesto de solidariedade, pois alguém se interessou por eles, dedicou-lhes algum tempo, ouviu o que tinham a dizer e fez circular o que disseram. Aquela voz, expressão de uma vida em desalinho, se expandiu e pode chegar a outros tantos sujeitos sensíveis àqueles chamados de pobres e miseráveis.

A utilização das novas tecnologias para viabilizar uma denúncia social representa um gesto político amplificado pela extensão da audiência, um modo de expressão e de reivindicação de cidadania, e um instrumento de luta contra uma exclusão que tem origem nos modos de funcionamento da gestão econômica da sociedade. Trata-se daquilo que Casilli (2010, p.187) designa como sendo uma tecnologia capacitante, porque favorece as capacidades do corpo humano (em oposição às tecnologias que apenas impedem certas ações).

Movimentos de solidariedade já existiam sob diferentes formas e agora conhecem outra modalidade a partir das mídias sociais pelo fato de instaurarem novas configurações para os gestos de altruísmo. Ampliam-se os modos de sociabilidade, pois cada sujeito que acessar o *site* ou a página Facebook terá conhecimento da existência daquele morador de rua; ou seja, “viu” aquele morador de rua, que, assim, passou a ter sua existência singularizada.

Agradeço à professora Marie-Anne Paveau pela produtiva interlocução durante realização do projeto de pesquisa que gerou este artigo e que foi desenvolvido em estágio pós-doutoral realizado em 2015, na Université de Paris 13 Sorbonne Paris Cité, sob sua supervisão.

Referências

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours. Discours politique, littérature d'idées, fiction*. Paris: Nathan, 2000.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BURRY, M. Chronic illness as biographical disruption. *Sociology of Health and Illness*, v.4, n.2, p.167-182, 1983.

CASILLI A. *Les liaisons numériques. Vers une nouvelle sociabilité?* Paris: Seuil, 2010.

DAMASIO, A. R. *Spinoza avait raison. Joie et tristesse, le cerveau des émotions*. Paris: Odile Jacob, 2003.

DELORMAS, P. *De l'autobiographie à la mise en scène de soi. Le cas Rousseau*. Paris: Éditions Lambert-Lucas, 2013.

DOUBROVSKY, S. Les points sur les "i". In: JEANNELLE, J. L.; VOLLET, C. (Dir.). *Genèse et autofiction*. Louvain-la Neuve: Bruylant-Academie, 2007. p.7-37.

GASPARINI, P. *La tentation autobiographique: de l'Antiquité à la Renaissance*. Paris: Seuil, 2013.

GUILHAUMOU, J. Un récit construit ensemble. In: GUILHAUMOU, J.; MÉSINI, B.; PELEN, J.-N. *Résistances à l'exclusion: récits de soi et du monde*. Aix-en-provence: Publications de L'Université de Provence, 2004. p.268-301.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin, 1990. v.1.

LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.

LICOPPE, C. Les formes de la présence. *Révue française des sciences de l'information et de la communication*. En ligne. Mise en ligne le 01 septembre 2012, consulté le 01 juillet 2016.

LYSARDO-DIAS, D. Provérbios que são notícia: uma análise discursiva. 2001. 276p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos)-Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

LYSARDO-DIAS, D. O fazer biográfico: questões em torno do sujeito e da enunciação. In: ROCHA JÚNIOR, A. F. da (Org.). Narrativas (auto) biográficas: literatura, discurso, teatro. São João del-Rei: Ed. da UFSJ, 2014. p.63-74.

LYSARDO-DIAS, D. Posicionamento argumentativo e memória discursiva em perfis autobiográficos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 3., 2016. UFS, Aracaju. Anais... p.1206-1217.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. Hipertexto e Gêneros Digitais: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

OCHS, E. Ce que les récits nous apprennent, Semen [En ligne], 37|2014, mis en ligne le 22 avril 2015, consulté le 26 novembre 2015. URL: <http://semen.revues.org/9865>.

OROFIAMMA, R. Les figures du sujet dans le récit de vie. En sociologie et en formation, Informations sociales 2008/1, n.145, p.68-81, 2008.

PAVEAU, M.-A. Interdiscours et intertexte. Linguistique et littérature : Cluny, 40 ans après, out. 2008, Besançon, França, 2010. p.93-105.

PAVEAU, M.-A. Que veut dire travailler en analyse du discours en France en 2011? Épistémologies, objets, méthodes. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3, 2011. Anais do Enelin... 2012.

PAVEAU, M.-A. Une linguistique symétrique pour penser le discours, La pensée du discours [carnet de recherche]. Disponível em: <<http://penseedudiscours.hypotheses.org/?p=95>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SANTOS, B. de S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

WALTY, I. L. C. Corpus rasurado: exclusão e cânone na narrativa urbana. Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas; Autêntica, 2005.

WIEVIORKA, A. L'ère du témoin. Paris: Plon, 1998.

